

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCALÇOS DA PRÁTICA

Antonia Neide Costa Santana¹

RESUMO

Há um sentimento de vitória, por parte dos professores, diante de algumas conquistas referentes à conservação do meio ambiente, como, por exemplo, a garantia na constituição brasileira da prática de educação ambiental, mas há também um sentimento de frustração frente à não efetivação dessa prática. Uma das causas referentes à ineficácia dessa prática educativa refere-se à escolha de um marco teórico-metodológico inadequado à compreensão da complexidade que envolve a questão ambiental. É necessário, portanto, a adoção de uma teoria, com alguns conceitos, reveladores dos múltiplos determinantes dessa questão.
Palavras-chave: Educação ambiental. Método. Eficácia.

ABSTRACT

Teachers have a triumph sentiment about some conquests in environmental conservation, for instance, the guarantee of environmental education in Brazilian Constitution, but they also have a frustration sentiment because it is not putted into practice. One of the causes of the ineffectiveness of environmental education refers to the choice of a theoretical-methodological foundation that is inappropriate to understand its complexity. It is necessary the adoption of a theory with some concepts that could reveal the multiple influences in this issue
Key-words: Environmental education. Method. Effectiveness.

Quando a Constituição Brasileira de 1998 assegurou, sob forma de lei, a prática da educação ambiental para todos os níveis de ensino, as escolas e os professores vislumbraram nesse ato uma forma eficaz de preservação e/ou conservação – malgrado a confusão que se faz em relação a esse termo – do meio ambiente.

Passados alguns anos, as escolas, os professores, especialmente no âmbito do ensino fundamental e médio, se angustiam ao perceberem que os problemas ambientais aumentaram e que a sociedade não consegue fazer com que experiências bem sucedidas de conservação da natureza e de educação ambiental deixem de ser consideradas exceção e sejam transformadas em regra geral. A degradação da qualidade ambiental aumenta, apesar da lei e das práticas educativas que tentam encaminhar alternativas para a resolução de problemas ambientais.

Outro fator que, mais tarde, alimentou novas esperanças foi o avanço nas telecomunicações, facilitando o debate acerca da questão ambiental quando, em tempo real, denuncia práticas abusivas referentes ao uso da natureza e quando permite, através de teleconferências, a atualização de conceitos, de idéias e de metodologias. O acesso a esses meios e/ou instrumentos informativos possibilitaria discussões e debates contributivos à formação de uma consciência ambiental.

Mas a simultaneidade na transmissão dos acontecimentos através da telecomunicação permite apenas um certo acompanhamento ou uma certa atualização, já que nem todas as cidades e nem todos os espaços dispõem de salas equipadas com essa tecnologia. Santos (1996) alerta

¹ Geógrafa, Prof^ª. Ms. do Curso de Geografia da UVA. E-mail: neidesan@yahoo.com.br

para a influência das telecomunicações, das informações, no novo processo de hierarquização urbana ao afirmar que:

Em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas. Com isso, uma nova hierarquia se impõe entre os lugares, uma hierarquia com nova qualidade, a partir de uma diferenciação muitas vezes maior do que ontem, entre os diversos pontos do território. Nenhuma cidade, além da metrópole, “chega” a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole [...]. (SANTOS, 1996, p.155).

Reside aqui uma das razões que explicaria a frustração da comunidade escolar, anunciada anteriormente.

O Brasil é constituído, em sua maioria, de cidades pequenas, diferenciadas entre si, mesmo porque não são claros os critérios que as classificam como pequena ou local, média e grande. As diferenciações, no entanto, não impedem que as cidades pequenas e médias apresentem características comuns, entre elas a dependência em relação aos grandes centros urbanos. Apesar do processo urbano bastante acentuado no Brasil nas últimas décadas, ainda é a grande cidade que se faz onipresente, detendo todos os serviços, o poder de comando e de decisões (SANTOS, 1996).

Mesmo assim, a qualidade do meio ambiente decaiu, apesar dos avanços teórico-conceituais, jurídicos e tecnológicos que possibilitariam novas posturas e práticas menos danosas para com a natureza, permitindo a construção de uma nova ética ambiental. Porém, são avanços que se dão mais na teoria que na prática.

A angústia também se faz presente porque, além de não se ter conseguido erradicar os problemas ambientais antigos, outros foram acrescentados, e até tecnologicamente inovados. Afloram as conseqüências de toda uma prática reveladora da visão antropocêntrica, da natureza apartada do homem, compreendida, enquanto recurso natural, transformada em mercadoria, portanto, passível de ser explorada, gerando muitos lucros (SANTANA, 1994).

O futuro chegou. E veio com todas as conseqüências previsíveis: erosão, desequilíbrio da fauna e da flora, enchentes, morte dos rios, poluição, conforme o que se praticara antes: desmatamento, aterro de lençóis de águas superficiais, despejo de esgotos industriais e domésticos em mares e rios; além de várias outras novidades, como a contaminação de alimentos pelo uso de agrotóxicos e hormônios, aquecimento global e buraco na camada de ozônio – já não tão recentes, novos tipos de poluição, uso crescente de materiais radioativos, acesso à água; podendo-se considerar uma série de outros, dependendo da concepção de meio ambiente eleita.

Se a degradação ambiental é crescente, também o é a degradação da vida das classes trabalhadoras, incluindo a grande maioria dos professores brasileiros, que quase não têm acesso a um meio ambiente de boa qualidade. Este acaba se tornando inacessível, em virtude do seu preço, que é cada vez mais elevado, haja vista o custo da terra ou de um imóvel num bairro ecologicamente saudável. Além disso, os alimentos sem contaminação de produtos químicos, as águas minerais e as viagens eco-turísticas são cada vez mais caras; os parques ecológicos ou as áreas verdes urbanizadas dificilmente se localizam nas periferias das cidades. Estas possuem diferentes meios ambientes que, segundo Corrêa (1993, p. 26), “apresentam um caráter valorativo, isto é, são qualificados diferencialmente entre si”. O valor que a natureza adquire, quando transformada em mercadoria, não é compatível com o salário mínimo, que na maioria das vezes é o dos professores; muito menos com as sub-rendas dos desempregados. A grande maioria dos docentes brasileiros se enquadra na categoria dos sem-teto, às vezes dos sem-salários e, por que não, dos sem-ambiente saudável.

Chega-se, portanto, ao início do 3º milênio com a degradação ambiental e a degradação da qualidade de vida cada vez mais imbricadas, fazendo parte de uma mesma lógica de produção, sempre mais distante de privilegiar a construção de uma ética sócio-ambiental.

Mas no início deste texto se anunciava a frustração da escola frente à não diminuição dos problemas ambientais e à não concretização plena da educação ambiental, após ter sido garantida por lei. Na tentativa de se entender as causas que impedem a Escola de dar respostas mais satisfatórias à questão ambiental, verifica-se a necessidade de se compreendê-la à luz de um marco teórico-metodológico bem definido, como também acreditar na necessidade dessa prática educativa.

A questão ambiental exige uma visão totalizante e exige também que a análise não se restrinja ao habitat em que se insere o problema identificado.

A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em sistema-mundo de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Nesse sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único mundo e assiste-se a uma refundição da totalidade-terra (SANTOS, 1996, p. 48).

É imprescindível considerar a dependência econômica e tecnológica do Brasil diante dos países desenvolvidos para que se possa compreender os graus diversos dessa dependência e suas conseqüências, inclusive na diversificação dos problemas ambientais.

A compreensão da questão ambiental remete a uma análise do sistema sócio-político-econômico e cultural em que se vive ou pelo menos a uma visão crítica da realidade brasileira.

Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincidem, portanto, com sua produção, tanto o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 1989, p. 27-28).

Todavia não se quer dizer que a formulação de teorias venha de forma mecânica e imediata a partir de reflexos diretos após o contato com o real. “O processo de teorização não é um reflexo direto e mecânico da realidade no plano do pensamento, bem como as teorias não são verdades reveladas” (CARDOSO, 1976, p.66). O processo de teorização resulta da tentativa de desvendar o fenômeno.

Na busca do desvelamento do real, há teorias do conhecimento, elaboradas ao longo da história da Ciência, que apresentam divergências radicais na maneira de concebê-lo. Há as que o concebem como um todo contraditório, processual, em constante transformação, reivindicando para tanto um método que, como integrante de tal teoria, lhe dê indicações de seus limites e de suas possibilidades, refletindo o objeto no seu contexto; e as que pensam o real como algo estático, pronto, onde a harmonia das coisas não deve ser perturbada, elegendo assim um conjunto de regras pré-estabelecidas para todo e qualquer fenômeno; “o método se reduz a um conjunto de regras que por si só garantem a obtenção dos resultados desejados” (CARDOSO, 1976, p.61).

A busca da construção do objeto científico, encarado como um fenômeno inserido numa realidade susceptível de transformar transformando-se, constituindo-se num todo imbricado em velhas e novas relações sociais, leva a entender que o método se estabelece na relação entre a teoria e o real referente ao que se pretende explicar. “O método se exerce no estabelecimento da conseqüência teórica desta relação, orientada teoricamente, entre a teoria base e o real a que se refere e para o qual pretende apresentar uma explicação válida” (CARDOSO, 1976, p.73).

O método não se restringe a dinâmicas pré-estabelecidas e aptas a se adequar a qualquer situação que envolva algum ato cognitivo.

A eleição de um marco teórico-metodológico que leve à compreensão da complexidade do real e de suas múltiplas determinações permite ações mais ousadas e com menos chances de se considerar a questão ambiental à parte da estrutura socioeconômica em que está inserida. Permite também que a educação ambiental não se limite a ações reparadoras dos problemas ambientais gerados pelo atual sistema produtivo. A prática da educação ambiental não pode, através de saídas alternativas, restringir-se a contornar situações de ambientes que se tornaram frágeis

devido a sua exploração desvirtuada (SANTANA, 1994). Com esta afirmação não se quer negar a importância ou deixar implícito que não se devem buscar saídas para os problemas que tornam o meio ambiente tão degradado. Se assim o fosse, estar-se-ia negando a capacidade ou o objetivo precípua da ciência, que é o de intervir na realidade, e negando ainda que as contradições da sociedade também se manifestam em fazer ciência e, portanto, não é raro encontrar produções científicas que visem à transformação da realidade. Pretende-se então chamar a atenção para a necessidade de que, paralelamente à divulgação, ao aprendizado e à orientação das práticas alternativas, se elabore um projeto de atuação reativa e preventiva mais radical e eficaz contra a forma predatória de (des)tratar a sociedade e seu entorno, praticada por um sistema de produção que privilegia o capital, em detrimento da sociedade e do meio ambiente. A educação ambiental deve ser pensada levando em consideração a forma de produção e de distribuição de bens da sociedade.

Que se criem alternativas para o destino final do volume de lixo crescente nos centros urbanos, mas também que se questione de quem é a necessidade da permanência de uma sociedade que privilegia o consumo exacerbado.

Neste sentido, pode-se tomar como exemplo a cidade de Sobral, visto que esta, nos últimos dez anos, vem passando por um processo acelerado de crescimento e de modernização. Em nome desta modernização, asfalta-se a cidade de forma indiscriminada, já que o manto preto se estende por avenidas e também por ruas secundárias; aterram-se lagoas e leitos de rio; canalizam-se riachos sem restrições, punições ou até mesmo protesto.

Campanhas de arborização visando, além da estética, a intervenção na temperatura local, devem ser desenvolvidas periodicamente, acompanhadas de um esclarecimento das razões que vêm tornando esta cidade cada vez mais quente. Mas, geralmente estas campanhas de arborização são feitas num clima bastante festivo, de demonstração ao público de que meio ambiente, ou talvez fosse melhor a palavra “verde”, também está dentro das preocupações governamentais – quando a festa é realizada por parte da administração pública direta – ou das administrações escolares, quando é realizada pelo corpo docente e discente das escolas (no caso as do sistema de ensino privado). Ambos, governo e grupos econômicos que lidam com a educação, ganham com o uso ideológico da ação.

O festivo é utilizado para mostrar que há, por parte de quem encampa essas atitudes, a intenção de o ato em si não passar despercebido pela população. Não é um fato rotineiro, constituindo-se como parte de uma ação contínua. Daí fazer-se necessário o alarde, para que as pessoas se sensibilizem com a questão em tela e todos juntos, unidos, abracem a mesma luta.

Realmente há o objetivo de sensibilizar as pessoas para a questão ambiental, ou melhor, para o verde, mas o objetivo principal é o da legitimação do ato. Na união que promove essa legitimação apagam-se as diferenças de idéias, de ações, de pensamentos, de classes sociais. Essa união tenta demonstrar que todos têm o mesmo interesse na questão ambiental. E isso não é verdade, pois se assim o fosse, não haveria a própria questão ambiental, pelo menos nas proporções em que se encontra na atualidade, entendendo que essa também é fruto da contradição criada pela sociedade quando estabelece que é a natureza quem vai sustentar o seu o modelo de desenvolvimento.

As campanhas relacionadas com a problemática ambiental, sejam aquelas direcionadas para o plantio de árvores, sejam as que procuram envolver a população na coleta de lixo em áreas de lazer, não fazem parte de um conjunto de ações permanentes voltadas para a melhoria da qualidade ambiental. Inexiste uma política séria, comprometida com a preservação do meio ambiente. Tal linha de ação não existe, mas não deixa de se fazer presente, porque é nesse não existir que ela se torna eficaz para o bem de governantes ou para o bem de quem da natureza se apropria. É claro que frente a essas práticas há respostas da sociedade civil, através de entidades, associações, partidos políticos e também dos próprios órgãos de meio ambiente ligados ao poder público.

Para que através da educação ambiental não se caia num ciclo de ações reparadoras dos problemas ambientais gerados pelo atual sistema produtivo, é necessária a compreensão de que os motivos dessa desqualificação ambiental estão relacionados com a lógica que rege o

econômico, o social e o político. Aqueles que detêm o poder político, econômico e o poder de usufruto da natureza ficarão numa situação um tanto cômoda se para o conjunto de ações depredadoras houver um outro conjunto de ações que venham sanar ou remediar as conseqüências daquelas (SANTANA, 1994).

A inexistência de um marco teórico que não compreenda a realidade a partir do dinamismo que lhe é inerente, e que lhe configura um caráter de historicidade, remete à ausência ou a não ampliação de conceitos capazes de revelar as relações existentes entre a sociedade e a natureza. Poder-se-ia começar pelo de meio ambiente.

A restrição do conceito de meio ambiente leva à primazia de certos problemas que causam desequilíbrio ecológico, como a extinção de animais, o desaparecimento de espécies vegetais, dentre outros, relegando a um segundo plano aqueles que mais diretamente afetam a qualidade de vida. Quando se fala na morte dos rios, na poluição dos mares, na extinção da fauna e flora, é mais fácil não explicitar o porquê desses problemas, fazendo com que a culpa caia sobre todo e qualquer ser humano. Para este discurso, esse é um homem predador, sem classe social, que precisa educar seu instinto predatório. Nada mais justificável, nesse momento, do que a efetivação da educação ambiental. Falta educação a esse homem, afinal ele não sabe se comportar, deixa lixo nos ambientes lacustres, parques e ainda “dá pipoca aos macacos” (SANTANA, 1994). É evidente que esses tipos de comportamento que refletem a nossa cultura não devem ser aceitos. Como também não se deve aceitar que a educação ambiental limite-se ao podamento dessas ações.

Para o discurso ecológico, é mais fácil esconder a propriedade privada, a apropriação da natureza, quando coloca o acesso à terra ou à água como menos um a ser acrescido na relação dos problemas ambientais.

A abordagem do conceito de meio ambiente deve remeter à compreensão de que este é socialmente modificado e que

é o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (REIGOTA, 1995, p.14).

As práticas abusivas da natureza chegam ao início do Século XXI com alguns problemas ambientais, como o buraco na camada de ozônio, por exemplo, que trazem intrínsecas as condições que tornam inteligíveis ou pelo menos dão indício de clarividência dos motivos que os faz acontecer. Afinal, os gases industriais, responsáveis pela perda de ozônio, como o clorofluorcarbono, não são utilizados por qualquer pessoa, mas pelas grandes indústrias, que os empregam na fabricação de produtos como, por exemplo, os de refrigeração. Não é todo e qualquer homem que possui indústrias processadoras de produtos, onde o clorofluorcarbono constitui-se numa das matérias-primas. Ou seja, alguns problemas ambientais, que poderiam ser considerados de ordem “puramente natural” – pois que o ozônio é o protetor dos raios ultravioletas – já trazem ou indicam nas suas causas que há uma parcela de pessoas de um determinado modelo societário, em que a responsabilidade dos desperdícios dos recursos naturais recai com um peso maior.

Outro conceito a ser incorporado é o de natureza. Os conceitos não são eternos e estáveis no tempo, e não o são porque não estão acima das condições materiais que os fazem surgir, em consonância com o pensamento da época. A historicidade do conceito de natureza leva a diferentes momentos de apreensão do que a humanidade vem construindo acerca do termo. Entendendo-se como construção não uma sobreposição de dados ou de elementos, como se houvesse uma evolução gradativa, mas compreendendo que, mesmo com rupturas, o que vem depois não vem do nada, mas de um certo alicerce.

Esses diferentes momentos, reflexos das mudanças ocorridas no interior da base material de cada sociedade, são coincidentes com momentos também diferenciados da construção do pensamento humano. “A natureza resulta de aspirações e relações que se alteram historicamente.

Ela foi continuamente inventada e reinventada pelas diferentes formações sociais” (WALDMAN, 1988, p.21).

Pensando os conceitos na sua historicidade, há que se entender que as sociedades de cada época apreendem a natureza a partir das condições sociais, econômicas, políticas e culturais em que estão inseridas.

Com a revolução industrial e a consolidação crescente do modo capitalista de viver, consolida-se também o pensamento que se vem afirmando desde o início da modernidade: o homem já não está em integração com a natureza, ele lhe é superior. O pensamento reflete a fragmentação das coisas. A ciência, ao pensar o mundo, já não o faz na sua integridade, tudo é visto/pensado de maneira fragmentada, específica, pois é assim que a realidade se mostra. Na afirmação desse modo de ser/viver, a natureza exterioriza-se do homem, e este busca sempre mais ter o controle sobre ela.

Essa concepção de natureza nova ou moderna (pois marca o advento da modernidade) – tão bem sintetizada pela frase de Descartes: conhecer é nos tornarmos senhores e dominadores da natureza –, trouxe consigo uma radical separação entre espírito (exclusivamente humano – o cogito cartesiano) e matéria ou objeto (*a res externa*, a coisa sem alma e consciência, cujas leis devem ser compreendidas como forma de instrumentalizá-la), entre o social e o natural (VESENTINI, 1989, p. 10).

Esta afirmativa é ratificada na perspectiva socioeconômica e política, objeto de reflexão no encontro internacional intitulado “O novo mapa do mundo”, realizado em 1993, em São Paulo, e ilustrada sob a forma da citação abaixo:

A lógica do modelo de produção capitalista o obriga sem cessar a desenvolver a produtividade do trabalho social, à diminuição dos custos, a economizar, à custa, ao mesmo tempo, de um desperdício desenfreado dos recursos naturais e da força produtiva intelectual e material dos produtores. A exploração do homem e o usufruto da natureza estão ligados e não existe crise no usufruto da natureza que não seja uma crise no modo de vida do homem (GODELIER *apud* CARVALHO et. al., 1993, p. 111).

Outros conceitos e entendimentos são também imprescindíveis a uma prática crítica e reflexiva de educação ambiental. Dentre esses, cabe realçar: i) classe social, por se entender que se vive em um sistema social de produção ainda caracterizado basicamente pela existência de um pequeno e forte grupo de pessoas detentor dos meios de produção (e de todo o poder decorrente desta condição) e pela presença de uma grande maioria caracterizada pela ausência de posses; ii) Estado, por se compreender que este, por vezes, foge ao seu papel precípua de legitimar o domínio de uma classe sobre outra, apresentando ou refletindo, contraditoriamente, fragilidades que asseguram vitórias e conquistas de outros segmentos sociais que, ao longo da história, têm somado derrotas, na maioria das vezes; e iii) ideologia, como um elemento poderoso de afirmação das idéias desvirtuantes, não elucidativas da questão ambiental, mas que poderá ser usada de maneira a tornar inteligíveis as causas que levam à degradação do meio ambiente.

Esse conjunto de conceitos e entendimentos é mobilizado na perspectiva ambiental por outro agrupamento de meios e processos que igualmente carecem de uma revisitação reflexiva, cabendo destacar: i) discurso ecológico, entendido como aquele que, longe de explicar o real, fica na aparência do mesmo; ii) consciência ecológica, expresso como o exercício de uma visão crítica das questões ambientais; iii) crise ambiental, como sendo a culminância de toda uma prática de exploração indiscriminada da natureza, cujas conseqüências se fazem presentes com custos sociais para alguns, numa esfera mais imediata e a curto prazo, e para outros, num tempo e numa escala espacial mais espaçada, mais longínqua e de forma indireta.

Talvez o amadurecimento e a progressiva assimilação desses entendimentos de forma crítica e compartilhada, num contexto transversal das práticas sócio-espaciais e decisões político-estratégicas, evitasse que a aplicação do que vem ser a educação ambiental se restringisse à

limpeza da sala de aula, à comemoração do dia do meio ambiente, a passeios ecológicos e tantas outras ações descontextualizadas e esporádicas, desvinculadas de uma prática consistente e sistemática realizada na escola.

O aluno precisa saber que a questão ambiental é ampla, complexa e que a sua solução depende de decisões políticas. A educação ambiental não deve se ater a apenas desenvolver no aluno a sensibilidade e o amor à natureza.

O aluno precisa saber que o local hoje é mundializado e que o geral se reproduz no particular, por isso fica difícil resolver os problemas ambientais da rua, do bairro ou da cidade desconsiderando a interrelação das questões políticas locais, nacionais e internacionais.

A mudança no enfoque metodológico da educação ambiental poderia trazer resultados bastante positivos, mas ainda seria insuficiente. São necessárias mudanças também na estrutura maior da educação no que diz respeito à redução da carga horária, em sala de aula, do professor do ensino fundamental e médio, sem prejuízo de salário, permitindo-lhe tempo para que ele possa refletir sobre a sua prática. Fica difícil para o professor construir práticas inter ou transdisciplinares se ele ministra aula nos três turnos escolares (manhã, tarde e noite). É difícil para este professor atualizar seus conhecimentos, pois o mesmo não é liberado de sala de aula no seu processo de qualificação profissional. Geralmente é dada a ele a oportunidade de uma graduação ou pós sem redução na carga horária ou sem liberação da sala de aula.

Outro agravante da educação é o valor do salário que é pago aos professores. É um salário baixíssimo. A maioria dos docentes, principalmente os que são lotados nas redes municipais de ensino, não ganham sequer um salário mínimo, o que lhes impede de comprar livros, participar de eventos científicos e até mesmo de ter uma moradia ou alimentação dignas. Outro problema a ser considerado é a rotatividade nas séries e nas disciplinas que ministram.

Não basta, portanto, as secretarias de educação se preocuparem apenas com técnicas de aprendizagem (a discussão metodológica fica muito a desejar), com o conteúdo ou em aumentar os dias letivos para o professor e aluno. A ociosidade e o tempo para reflexão são necessários. Os professores precisam ter tempo livre para refletir sobre os conteúdos que lhes estão sendo repassados nos cursos chamados de capacitação ou de qualificação profissional.

Assim como é preciso politizar o discurso ambiental, é também necessário discutir o poder político que as SEDUCS não têm. Estas precisam se preocupar com propostas pedagógicas, mas também se voltar para as questões políticas que envolvem a educação, evitando uma frustração maior face à ineficiência de dinâmicas e técnicas metodológicas criadas e muitas vezes vendidas como a solução de problemas que não são simplesmente pedagógicos e que extrapolam a sala de aula.

É necessária à educação ambiental, enquanto prática transformadora, a transposição de muitos desafios. Estes se apresentam em diferentes níveis de complexidade. A Lei não contempla todas as dificuldades vivenciadas na escola, muito menos as condições estruturais do cotidiano de alunos e professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro: ano XXV, 1976.

CARVALHO, Pompeu et al. A questão ambiental demandando uma nova ordem mundial. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. et al. (Org.) **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993. (Coleção O novo mapa do mundo).

CORREIA, Roberto L. Meio ambiente e a metrópole. In: MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange T. **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, Antonio J. Teixeira (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 7. ed. São Paulo, Hucitec, 1989.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões de nossa época, v. 41.)

SANTANA, Antonia Neide C. **Reflexões sobre a prática de educação ambiental: considerações em torno da experiência de educação ambiental na rede pública de ensino de Fortaleza em 1982**. 59 f. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

VESENTINI, José W. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

WALDMAN, Maurício. Ecologia na perspectiva dos trabalhadores. **Revista Tempo e Presença**, n. 330, CEDI, 1988.